

Ricardo Burg Ceccim, Cláudia Rodrigues de Freitas
e Carla Biancha Angelucci

ORGANIZADORES

**fármacos,
remédios,
medicamentos:**

O que a
educação
tem com **isso**

VOLUME 2

editora



redeunida

Coleção Vivências de Educação na Saúde

Ricardo Burg Ceccim, Cláudia Rodrigues de Freitas
e Carla Biancha Angelucci

ORGANIZADORES

fármacos,

remédios,

medicamentos:

O que a
educação
tem com **isso**

VOLUME 2

editora



redeunida

Coleção Vivências de Educação na Saúde

FICHA CATALOGRÁFICA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação - CIP

C387f **Ceccim**, Ricardo Burg; **Freitas**, Cláudia Rodrigues de; **Angelucci**, Carla Biancha (org.).

Fármacos, remédios, medicamentos: o que a Educação tem com isso? Volume 2 – debates continuados, diálogos interdisciplinares / Organizadores: Ricardo Burg Ceccim, Cláudia Rodrigues de Freitas e Carla Biancha Angelucci. – 1. ed. – Porto Alegre, RS: Editora Rede Unida, 2022.

366 p.; il.; gráfs; fotografias. (Série Vivências em Educação na Saúde, v. 27).
E-book: 5,1MB; PDF

Inclui bibliografia.

ISBN 978-65-5462-001-7

DOI: 10.18310/9786554620017

1. Cuidado em Saúde. 2. Educação em Saúde. 3. Farmacologia. 4. Saúde Coletiva. I. Título. II. Assunto. III. Organizadores.

22-30180162

CDD 615

CDU 615

Ficha catalográfica elaborada pelo bibliotecário Pedro Anizio Gomes CRB-8 8846

Editora Rede Unida

Porto Alegre, 2022.



Estudantes com autismo e a universidade: conversações

Daniele Noal Gai

Este texto parte da transcrição de uma conversa, um diálogo sobre o tema “estudantes com autismo e a formação acadêmica na universidade”. O presente texto foi organizado como uma conversação instigante, complexa e atual. Foram realizados alguns pequenos movimentos de escuta, usando a gravação da conversa, a transcrição de aspectos significativos e, posteriormente, ajustes, com a inclusão de referenciais teóricos, a complementação de termos, o adensamento de exemplos, a ilustração com situações vivenciadas e com testemunho de atividades na universidade. Optou-se pelo formato de pergunta, provocação, questionamento e isto gera respostas, diálogo, exemplificações. Este texto e a sua autora afirmam a conversa para produção de pensamento, assim como afirmam o bate papo formal ou informal como disparador de pensamento, portanto, respeita-se as repetições, os silêncios, as pausas, a conversa acontecendo. A aula cheia e planejada está em destaque. A aula aconteceu.

Provocações sobre a escolarização das pessoas com autismo

Provocação: – Começo a conversa buscando referências no campo da educação especial na perspectiva da educação inclusiva. Dentre experimentações, escritos, estudos, leituras, orientações é que encontrei argumentos e ações propositivas para a inclusão de pessoas com transtorno do espectro autista na universidade.

Diálogo: – E este é o tema que nós estamos trabalhando, que embora tema antigo em minha formação e estudos, ainda seguimos com várias problemáticas, com poucas proposições sociais efetivas. Em certa época, entendia-se a pessoa com transtorno do espectro autista a partir de níveis de habilidades, níveis de desenvolvimento, níveis de complexidade, e olhava-se para as limitações da pessoa, desconsiderando uma estrutura social

excludente, porém, atualmente, sabemos que se trata de um espectro amplo, dentro do espectro reconhecemos diferentes modos de ser, existir, aprender e narrar. Outra aprendizagem importante que tivemos recentemente refere-se ao apoio e suporte para cada uma das pessoas que estão no espectro autista, e não se trata de níveis que limitam ao ponto de inferir ou diagnosticar incapacidade. Se pensarmos o que significa espectro, talvez, entendamos melhor as múltiplas possibilidades de ser, de se compor e existir no autismo. Existe uma variedade de modos de ser – variadas maneiras de se apresentar, variadas condições, atitudes, comportamentos, sensações, inteligências, hábitos, costumes, culturas. Para cada modo um ethos. Seria necessário, se não urgente, uma comunidade inteira comprometida, para não apenas problematizar e questionar, mas para alterar perspectivas, mudar estruturas discriminatórias, normalizadoras, medicalizadoras e despotencializadoras das pessoas com deficiência.

Como transpassar a linha da deficiência, a marca de incapacidade, o diagnóstico de debilidade mental, de inaptidão física ou inépcia sensorial? Como tal homem inventa-se, transpõe tal linha, resiste aos discursos vigentes sobre a deficiência? Como ele confronta o poder da marca, da tarja, da classificação e ultrapassa as suas próprias relações de força? Quais as matrizes de experiência na deficiência [...]? Como, na deficiência, tornar-se sujeito de si mesmo? Como abrir as possibilidades de um aluno com deficiência na contemporaneidade? Como produzir um corpo sempre prestes a epifanizar-se? Como produzir um corpo com deficiência na deficiência [...]? (NOAL-GAI, 2014, p. 02)

Ponderações: – De que modo pensar e estruturar a inclusão e a permanência dos estudantes com transtorno do espectro autista na universidade? A inclusão pode se dar, mas como pode ser trabalhado em um ambiente como o próprio do contexto universitário? Como contemplar os estudantes que estejam dentro do espectro no contexto de formação universitária?

Argumentações: – É importante afirmarmos o espaço da educação com um espaço que precisa construir pensamento, precisa construir ações, precisa construir arenas, estruturar espaços para incluir o estudante com deficiência, assim como a pessoa com autismo. Quando digo que precisa, é por constatar que há muito a ser realizado, nada está dado, pronto, assentado. Costumo pensar que a educação produz aberturas, não necessariamente abertura de processos pedagógicos, estes são artesanizados por uma comunidade inteira em ação. A educação faz aberturas tanto dos espaços físicos como

dos currículos e possibilidades de mudança de cada envolvido. Existe um espectro, pensemos nisto, pois exemplificamos acima. Existe uma grande possibilidade de encontros com pessoas muito diferentes daquelas que encontramos regularmente, tanto nas escolas que são inclusivas quanto nas universidades que em geral são excludentes. Teremos uma grande possibilidade de encontrar pessoas e este ponto é muito simples. E mais, não temos conhecimento a priori sobre cada pessoa e isto é básico para a compreensão do tema. Existe uma possibilidade muito grande de um estudante passar pela universidade sem qualquer apoio pedagógico, sem suporte ou mediação de seus professores. O que não significa que este estudante não encontrou impedimentos, barreiras estruturais excludentes. Podemos sim encontrar estudantes com autismo que irão dialogar, que experimentarão, que com suporte específico e apoio pedagógico especializado farão importantes entradas no currículo da sua graduação, concluindo a formação com adequações que são parte de seus direitos.

Diálogo: – Se pensarmos na escola, em crianças e jovens, esta perspectiva mudará?

Exemplificação: – Podemos também encontrar crianças com autismo que brincam, que vão construir relações, que com o encontro alegre e potente, que tanto a professora quanto o professor poderão explorar inúmeras possibilidades de encontro, de partilha, de troca, de comunicação, de ensino-aprendizagem. As entradas no currículo escolar são diversas e inesgotáveis, tanto quanto as habilidades de pensamento e planejamento das professoras e professores. As condições para a formação e planejamento docente precisam ser asseguradas, pois destes momentos é que partirão diferentes respostas aos desafios e aos problemas enfrentados na sala de aula. E os problemas podem ser muito simples, como organizar a rotina, falar com cada estudante de forma a afirmar e reconhecer as singularidades. Também é possível encontrar um outro, uma pessoa com outras características, com outra presença, em que o estranhamento por parte das professoras e dos professores se sobreponha, pois pulsa, pulula, e toca profundamente. Imaginemos que estamos em um processo de adaptação, em que ambos se estranham, mas que não têm escolha, devem se respeitar e conviver. Não parece simples e não podemos minimizar as sensações deste encontro estranhado. E não vamos deixar de dizer que a escola é um espaço, sim, de acolhimento, é um espaço, sim, de inclusão.

Nós confiamos no acolhimento e na comunicação para a inclusão escolar e social das pessoas com deficiência. Quando digo *nós*, estou falando das professoras da área de Educação Especial e Inclusão, do Departamento de Estudos Especializados, da Faculdade de Educação, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Nós acreditamos que a escola é um espaço que acolhe, um espaço de refúgio, um espaço de cuidado também. Isto na universidade, na escola, na educação infantil, por exemplo, em que as crianças estão chegando com diagnósticos de autismo muito pequenas. E se este diagnóstico não é apresentado pela família, imediatamente recorre-se a um. Estamos presenciando mudanças também, em que docentes fazem as suas observações, os seus registros, as suas inferências, constroem hipóteses e diagnósticos pedagógicos baseados nas possibilidades, em estímulos básicos externos, nas potencialidades das crianças.

Docentes, assim como a família, precisam entender um bebê, uma criança pequena, sua repetição de expressões, a sua gagueira, a sua demora, o silêncio, a espera, um atraso, um momento para descansar, um tempo para sentar-se, aquele dia para esperar mais um tempo. Parece-me necessário, e tão simples, entender um ritmo. Afirmar o seu próprio ritmo, de uma de nós, de cada uma de nós, o ritmo que é meu, que é o nosso. Nós que estamos aqui conversando, nessa entrevista, nós que estamos aqui aproveitando deste diálogo, este ritmo é de cada qual. E se pensarmos no ritmo de crescimento, de florescimento, da natureza, não serão diferentes a compreensão e o raciocínio realizados. Pensar espaços de acolhimento e refúgio na escola é pensar e produzir com o movimento, com certa bagunça, com pouca harmonia, com nenhuma homogeneidade. Cada qual vai existir, habitar, aprender, produzir com/no/o seu ritmo. Há que se pensar em cada qual de acordo com as suas singularidades e potencialidades. Há que se pensar e propor espaços escolares que acolham e sejam refúgio de toda e qualquer pessoa. Ter um ritmo próprio, está aí uma característica a ser assegurada às pessoas com autismo.

Inquietações: – E os estereótipos e os estigmas?

Poucas Respostas: – Trata-se de uma dificuldade historicamente perpetuada, a incapacidade da afirmação da diferença em si, da multiplicidade e dos modos outros de existir. Encerra-se as pessoas em estereótipos e estigmatiza-se. A partir de um diagnóstico de autismo imediatamente estabelece-se uma imagem generalizada e homogeneizadora das

peças com autismo, e esta imagem vem carregada de uma valorização social negativa e excludente. Os estereótipos em torno do transtorno do espectro autista ressaltam estereotípias, ecolalias, vocalizações, embalos, manias, obsessões, gestos, agitações do corpo, restrições à convivência e à participação, restrições a contextos e trocas sociais etc. E no caso dos estigmas, são marcas advindas de preconceitos, de impressões equivocadas sobre a deficiência, construções religiosas sobre a deficiência, em geral marginalizadoras. A estigmatização pode ser entendida, para ser combatida, se refletirmos sobre o quanto segrega-se socialmente as pessoas com autismo.

Inclusive nós questionamos as marcas da deficiência, as marcas estigmatizadoras, as marcas incapacitantes e lutamos contra, ainda mais nestes tempos sombrios e de fascismos. Isto para que as pessoas com deficiência não sejam limitadas aos estereótipos, a uma característica marcadamente incapacitante, a um modo de ser prescrito pelas narrativas biomédicas, por exemplo. Socialmente e comumente circulam narrativas e narratividades que acabam classificando as pessoas com deficiência de modo despotencializador, embasando-se em saberes e produções cognitivistas, comportamentalistas, normalizadoras, medicamentosas etc.

Clinicamente, pela ótica contrária a uma clínica da vida, autoriza-se modos despotencializadores, especialmente pelo imediatismo, pela precarização do atendimento clínico, pelo fato de a educação permanente em saúde não vigorar nos espaços de gestão e assistência, nas unidades de saúde e nas clínicas de saúde. Percebemos que para a execução de um atendimento, da assistência e do cuidado em saúde, os manuais são praticados. É bastante comum a classificação e nomeação dos casos de autismo com base nos manuais para elaboração de diagnósticos, a partir das queixas dos familiares, e em alguns casos complementa-se com as queixas brevemente relatadas por docentes da pessoa com deficiência. Nas formações nos cursos de graduação na área da saúde parte-se da objetividade dos manuais e da objetividade das práticas de cuidado. E para isto chamamos a atenção, e realmente precisamos estar alertas, é que podemos criar formas de organizar o modo de dizer sobre/das/as pessoas, mas que acabam notadamente limitando as potencialidades de ser. A nomeação de um estudante a partir de um diagnóstico pode limitar e não qualificar o processo de inclusão social e escolar. Vejamos o que disse Deleuze em *Conversações sobre medicina e que nos serve para pensar* (1992, p. 170-171):

Existe um problema muito importante na medicina, que é a evolução das doenças. [...] A história da medicina é feita desses agrupamentos, desses isolamentos, desses reagrupamentos, que os meios tecnológicos, ainda aqui, possibilitam, mas não determinam. O que aconteceu desde a guerra em relação a isso? A descoberta das doenças de “estresse”, onde o mal não é mais engendrado por um agressor, mas por reações de defesa não específicas que se precipitam ou se esgotam. [...] Talvez estejamos indo em direção a doenças sem médico nem doente, como diz Dagognet em sua análise da medicina atual: existem imagens mais do que sintomas, e portadores mais do que doentes. Isso não convém à seguridade social, mas também é inquietante sob outros aspectos. É impressionante que esse novo estilo de doença coincida com a política ou as estratégias mundiais.

Questionamentos: – Queria dizer também que é importante olhar para as pessoas com autismo a partir da educação e suas perspectivas?

Possibilidades: – As pessoas com deficiência têm direitos. Primeiramente pensemos na equidade, que seria pensar de modo muito simples em aplicar o direito de forma justa. Garantir direitos dentro da justa análise de processos humanos singulares, fazer apreciação do humano em si, da diferença em si, respeitando a igualdade de direitos. A educação vai muito além da escolarização. E, por isto, não neguemos a educação comunitária, a educação social, a educação familiar, a educação embasada nos direitos humanos e nos direitos da natureza.

A educação, em sua perspectiva filosófica, não é técnica, mas sim prática, ação, processo, acontecimento, vivência, duração. A educação é direito de todas as pessoas, é dever do estado (instituições) garantir. As pessoas com deficiência, os estudantes com autismo, as mulheres e os homens, as meninas e os meninos, os brancos e os negros, a população LGBTQ+, todos, todas, todes devem ter garantidos os seus direitos fundamentais. Desde a moradia à alimentação, embora a miséria que se instala mais uma vez em nosso país e na vida das pessoas com deficiência. E o que queremos ressaltar são os cuidados substanciais, sustentados pelo afeto e estímulos ao desenvolvimento e aprendizagem: trata-se de direitos inegáveis! Não estamos prescrevendo, não é uma diretriz medicalizadora, não é uma condição imposta: trata-se de direito! A Lei Brasileira de Inclusão no Capítulo II, Da Igualdade e da Não discriminação, diz o seguinte:

Art. 4º Toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades como as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação.

§ 1º Considera-se discriminação em razão da deficiência toda forma de distinção, restrição ou exclusão, por ação ou omissão, que tenha o propósito ou o efeito de prejudicar, impedir ou anular o reconhecimento ou o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais de pessoa com deficiência, incluindo a recusa de adaptações razoáveis e de fornecimento de tecnologias assistivas (BRASIL, 2015).

Retomemos: – Sim, é importante olhar para as pessoas com autismo a partir da educação e suas perspectivas, sobretudo das condições de acesso à escola e à escolarização. Podemos pensar que não é suficiente para a aprendizagem que o estudante com autismo esteja dentro da escola. Para chegarmos à escola e à escolarização das pessoas com autismo foram inúmeras e diferentes lutas. Precisamos pontuar que são conquistas, narrativas, proposições e movimentos de pessoas com deficiência, familiares e trabalhadores da área da educação especial na perspectiva da educação inclusiva. E há anos acompanhamos os movimentos internacionais das pessoas com deficiência com marcos significativos em conferências, fóruns, assembleias, reuniões e mobilizações mundiais. Sugeriria o documentário “Crip Camp: revolução pela educação” (2021). Vejamos a educação como direito a partir das narrativas das pessoas com deficiência, além da potência da mobilização coletiva. Não podemos ignorar as narrativas sobre como é vivenciar a luta por direitos frente a tantos processos sociais excludentes.

Por uma vida escolar e aprendizagens para todas as pessoas

Repetição: – E no caso das pessoas com autismo, é frequente o relato sobre escolas que não são inclusivas, mas o que significa isto?

Constatações: – O que vai muito além dos materiais, das questões físicas, das questões arquitetônicas, para além do acesso físico a um lugar, do acesso a uma estrutura com pátio, portas, janelas e paredes. O que vai muito além de entrar dentro de um casco, uma casca, um invólucro, um teto. É necessário planejamento para que os processos de escolarização das pessoas com autismo sejam inclusivos. E esta é uma constatação: deixamos de lado o

planejamento que considera aspectos complexos, aspectos gerais, aspectos específicos e aspectos locais de um planejamento escolar. Planejamento sobre a vida escolar, planejamento dos processos de escolarização de crianças, jovens e adultos, planejamento do trabalho e do fazer pedagógico de professoras e professores. O planejamento responsável, ético e inclusivo de um ponto complexo da vida humana na contemporaneidade: a vida escolar. E este aspecto sim, retomando uma provocação anterior, é parte das técnicas e modos de fazer educação. Fazer um planejamento envolve a complexidade da vida escolar e, também, questões objetivas da vida escolar. Estamos pensando em um planejamento estruturado a partir de processos educacionais inclusivos, políticas educacionais, projeto pedagógico e ações estruturadas em um documento basilar que dê condições para uma vida escolar.

Seguindo: – E isto serve tanto para a escola quanto para a universidade?

Ponderações: – E isto constatamos na escola, a partir de nossas ações e atividades de ensino, pesquisa e extensão, quanto na universidade, principalmente pela experiência da docência universitária há tantos anos. Um planejamento consistente requer a gestão dos processos de formação continuada, com incentivo aos processos coletivos de planejamento. Tudo isso com resguardo de carga horária, reserva de tempo de trabalho, para estabelecimento de diálogo, criação, escrita, leitura e estudo, para a construção de planos para uma escola ou universidade. E pensemos que é necessário aproximar a palavra escola da palavra inclusiva, a palavra universidade da palavra inclusiva. Para além das palavras compostas, ações! O que parece tão próximo não é, o que parece tão óbvio, não é. Uma escola não é inclusiva por natureza, por território, por localização, por sua história, por sua gestão, por ter casco, por suas paredes. Uma universidade não é inclusiva por sua história, por sua excelência, por seus prêmios, por seu corpo docente, por sua gestão.

Voltando: – É muito bonito vivenciar a formação de professores. Existem sim as pessoas que não se implicam, que não se reúnem, que não têm disposição para fazer ações e projetos coletivamente. Para parar e planejar! E nós conhecemos, testemunhamos ações, assim como as que descrevi acima: um planejamento com a gestão dos processos de formação continuada, com incentivo aos processos coletivos de estudos e criação. Existe a implicação da grande maioria dos profissionais responsáveis pela

liderança dos processos de planejamento, principalmente nas escolas públicas. As professoras e os professores se reúnem com/nos seus coletivos, fazem formação, estudam muito, tanto individualmente (buscando cursos de pós-graduação, cursos de extensão, cursos de aperfeiçoamento, cursos de especialização em atendimento educacional especializado) quanto no grupo docente, sobretudo, pensando na aprendizagem dos estudantes. Para que a pessoa com deficiência seja incluída em uma comunidade de relações complexas, com participação, com ação, em atividades, nas aulas, nas vivências, nas experiências coletivas, na vida escolar.

E a nossa pesquisa tem feito esta relação e parceria, com os sistemas de ensino, com as escolas públicas, se aproximando do planejamento, da estruturação do currículo, da organização didática e da sistematização da avaliação. A pesquisa e extensão que coordeno dedica-se há muitos anos ao processo de escolarização das pessoas com deficiência, avançando na discussão da política em direção ao planejamento, ao estabelecimento de um currículo e uma didática inclusiva. Recebemos em nossa equipe de pesquisa e extensão estudantes de graduação com deficiência. Orientamos estudantes com autismo em seus processos de estudos, formação e graduação em licenciatura. Um privilégio para a vida ter condições de ser escolhida e orientar estudantes com autismo em formação em licenciatura. Sair, ir, vir, mobilizar, estudar, ir até escolas, ver suas construções de subjetividade e identidade docente. Estudantes que tiveram a experiência da escola inclusiva, com experiências potenciais no atendimento educacional especializado, por exemplo. Trata-se de algo importante para começarmos a desmistificar impressões sobre o tema de nossa conversa, que é a formação de estudantes com transtorno do espectro autista.

Afirmção: – E falamos da inclusão de indivíduos historicamente apartados da universidade.

Pergunta: – Nos tempos sombrios e de pouco investimento em processos coletivos e inclusivos ainda é possível uma afirmação deste tipo? Estes são os tempos em que vivemos, de desqualificação da escola inclusiva, uma vez que o Ministro da Educação atual declarou que as pessoas com deficiência atrapalham seus colegas sem deficiência. As mudanças, as lindezas, as conquistas, são inúmeras e os retrocessos, as violências, a destruição de planejamentos, são tão expressivas e devastadoras quanto. Em termos de pesquisa, o avanço é considerável, as proposições para

a educação têm sido atenção de pesquisadores importantes do cenário acadêmico nacional. Nos números das pesquisas oficiais, com dados dos sistemas de ingresso nas redes de ensino, temos a mostra tanto do acesso das pessoas com autismo na escola na educação básica quanto na universidade. Desde os anos 1990, com números expressivos, e depois da política de educação especial na perspectiva da educação inclusiva de 2008, com a construção e investimento do atendimento educacional especializado, estes números aumentaram potencialmente. Hoje testemunhamos uma volta aos processos de segregação, diria até de enclausuramento e privação de liberdade, porque o investimento em políticas inclusivas diminuiu em relação a outros investimentos também emergenciais. As políticas públicas inclusivas, de uma forma geral, foram desinvestidas em períodos autoritários como este em que estamos sitiados. O investimento na formação docente, para que esse corpo profissional possa planejar um trabalho que acolha e inclua, que possibilite o acesso, a permanência e a aprendizagem dos estudantes com deficiência, diminuiu muito, desviado do objetivo subsumiu. Falamos também de investimentos financeiros e orçamentários – salário, materiais, recursos, instrumentos, estruturas. O mínimo considerado, é a garantia da qualidade, o que é muito diferente do mínimo investimento precarizado.

Hoje (2021-2022) muitas pessoas estão ficando fora da escola, porque as condições da escola também mudaram com essa falta de recursos, com o cancelamento de algumas ações que estavam previstas nas políticas de educação inclusiva. O que não é diferente na universidade, com certo agravamento por não considerarmos a reparação, a equidade e as memórias das populações, para assegurar o ingresso no ensino superior. O que na escola consideramos como acesso e permanência do estudante com autismo pelo direito de todas as pessoas à uma vaga em uma unidade escolar. Na universidade consideramos a reserva de vagas, pelo direito afirmado nas políticas afirmativas. Na universidade reivindicase a permanência dos estudantes com deficiência e na escola objetiva-se, atualmente, aprendizagens significativas. É o que temos observado: educação básica com mais tempos de efetivação e experimentação de processos inclusivos potentes. Sugiro pensarmos o que assegura a Lei Brasileira de Inclusão no que se refere aos processos seletivos para ingresso no ensino superior:

Art. 30. Nos processos seletivos para ingresso e permanência nos cursos oferecidos pelas instituições de ensino superior e de educação profissional e tecnológica, públicas e privadas, devem ser adotadas as seguintes medidas:

I - atendimento preferencial à pessoa com deficiência nas dependências das Instituições de Ensino Superior (IES) e nos serviços;

II - disponibilização de formulário de inscrição de exames com campos específicos para que o candidato com deficiência informe os recursos de acessibilidade e de tecnologia assistiva necessários para sua participação;

III - disponibilização de provas em formatos acessíveis para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência;

IV - disponibilização de recursos de acessibilidade e de tecnologia assistiva adequados, previamente solicitados e escolhidos pelo candidato com deficiência;

V - dilação de tempo, conforme demanda apresentada pelo candidato com deficiência, tanto na realização de exame para seleção quanto nas atividades acadêmicas, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade;

VI - adoção de critérios de avaliação das provas escritas, discursivas ou de redação que considerem a singularidade linguística da pessoa com deficiência, no domínio da modalidade escrita da língua portuguesa;

VII - tradução completa do edital e de suas retificações em Libras (BRASIL, 2015).

Em relação à pesquisa, aos dados de pesquisas e aos processos escolares inclusivos, precisamos tencionar, problematizar, pensar o que temos de ambivalente atualmente. Praticamente tudo que falamos aqui é ambivalente. Ao mesmo tempo que retrocedemos em algumas práticas, temos muitas conquistas, qualidades, potencialidades e melhoramentos em outras. Quando falamos que a educação cria espaço de acolhimento, de cuidado, de incentivo, de afeto, de hospitalidade, de refúgio, uma arena de troca, arenas que possibilitam encontros, espaços que possibilitam a construção de vínculos e de aprendizagens, ao mesmo tempo que afirmamos tudo isto, também precisamos dizer que testemunhamos absurdos. Semanalmente acontecem desligamentos da universidade, a desistência de estudantes universitários de seus cursos, o trancamento e cancelamento de algumas disciplinas de seus cursos. Devido à organização e estrutura burocrática, engessada e excludente da instituição, devido às práticas excludentes de docentes, e até mesmo da falta de suporte similar ao que recebiam na escola inclusiva, como o acompanhamento pedagógico a partir de um

plano individual, além do atendimento educacional especializado. Assim como podemos retomar a memória e reforçar, para não esquecermos, uma matéria recente que revelou o enclausuramento em jaulas, em condições absurdamente precárias, de mulheres com deficiência. Outra notícia, que não pode ser esquecida, é a dos discursos e práticas do Ministro da Educação do país, amplamente discutida pelo movimento das pessoas com deficiência, pelos coletivos de estudantes autistas de diferentes universidades, que se reorganizaram no ano de 2021 e que denunciaram a irresponsabilidade perante a tantos documentos oficiais que asseguram e legitimam a educação inclusiva em nosso país e no mundo. Conforme a Lei Brasileira de Inclusão (BRASIL, 2015) em seu art. 5º: “a pessoa com deficiência será protegida de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, tortura, crueldade, opressão e tratamento desumano ou degradante”.

São inúmeros movimentos, são muitas pesquisadoras e muitos pesquisadores envolvidos, a pensar possibilidades, não apenas para a escola inclusiva, mas para a vida. Afinal, iniciemos pelo planejamento básico: por uma vida escolar para todas as pessoas. Por uma vida não medicalizada na universidade. A rotina, a existência, a convivência, no cotidiano, no mundo, na unidade, têm muitos professores, trabalhadores do campo da educação inclusiva, pesquisadores do campo da educação inclusiva, dedicados a tudo isto. São investimentos de esforços para apontar questões básicas, que para alguns são óbvias e redundantes, são esforços para criar possibilidades, para confrontar práticas segregacionistas e excludentes. Confrontar os retrocessos, algo que escuto diariamente na minha área, ainda que com sons, gestos e vozes cansadas, pois estamos esgotados. São muitos argumentos, sistematizações, organização de formações, produção intelectual, reuniões estratégicas e aulas cheias, para que derrubemos com força o preconceito, a banalização da potência de cada corpo, de cada pessoa, de cada estudante, de cada pessoa com deficiência.

Precisamos de muitos argumentos vivos, de experiências potenciais, de relatos dignos e justos, de acontecimentos reais e locais, que passam pelos números, passam por uma pesquisa quantitativa, mostrando o acesso potencial de estudantes com autismo na escola e na universidade. Precisamos também todo tempo dizer como fazer, como potencializar, como produzir potência, construir a permanência desses estudantes na escola. Buscar as experiências sobre o que estamos vivendo, sobre o que se vive numa universidade, que também retrocede e se confronta com as suas limitações.

No nosso grupo, o Projeto Geringonça - Pedagogias da diferença, ecologias da vida (2022), as pessoas com deficiência são parte da equipe, atuam em todo o processo de planejamento e intervenção das ações de pesquisa e extensão. Os graduandos e os egressos, os mestrandos e doutorandos se encontram para produzir percursos comuns e um convívio que envolve a formação acadêmica e transpassa até a vida para além da universidade. Destacamos um participante, um estudante com autismo que com a convivência super afetiva, divertida, altamente inteligente, muito intuitivo e criativo, trazia para o grupo muitos desafios. Um grupo que está ou esteve na universidade, em contato com esta universidade deste tempo, que ainda precisa se pensar muito, a ponto de garantir que um estudante com autismo faça seu processo de graduação, de formação acadêmica, sem risco de evasão, sem risco de abandono, sem risco de cancelamento, sem risco de desligamento, por motivos diferentes daqueles do seu desejo. Testemunhamos nesses anos de universidade a evasão, o abandono, o cancelamento, o desligamento, justamente por falta de acompanhamento e escuta das questões individuais, e por vezes negligenciando respostas a questões fáceis de solucionar como, por exemplo, adequando instrumentos de avaliação para um estudante com deficiência. Convocar a universidade a se pensar é chamar a comunidade a se pensar. “Pensar é sempre experimentar, não interpretar, mas experimentar e a experimentação é sempre o atual, o nascente, o novo, o que está em vias de se fazer” (DELEUZE, 1992, p. 136).

Questão: - E se incentivassem os estudantes universitários, tal como incentivam as crianças, a serem receptivos e acolhedores?

Pensamentos: – Uma proposta relevante. Sim. Vou acolher o meu colega, vou acolher para quem está aqui, para quem está chegando, para quem ainda não conseguiu realizar todas as atividades e avaliações por falhas na comunicação, por entraves na didática, por conflitos nos tempos e cobranças... acolher com cuidado e com respeito a essa pessoa e incentivar as pessoas sem deficiência a estarem abertas para esses aprendizados, para que o acolhimento também aconteça mutuamente, dos dois lados. Todas estas proposições alteritárias, relacionais, atitudinais, mobilizam aprendizagens com a outra pessoa.

Pensem na potência da diferença, na potência de diferir, na potência do devir. Se encontro algo que me compõe de outra forma, construo em mim outras possibilidades de ser, estar e aprender na universidade.

Sobre os tempos, as formas de comunicação, a forma como a gente faz as coisas, como a gente vive cada situação, as nossas experiências, sejam elas no espaço escolar, sejam elas no espaço acadêmico da universidade, sejam elas na vida... está diretamente relacionado a quanto isso agrega e contribui para nosso crescimento pessoal, individual, singular, de ambas as partes. Quanto a universidade e a escola regular ganham e crescem com a presença das pessoas com deficiência, das pessoas com autismo?

A amizade pode acontecer e é urgente incentivarmos estas trocas na universidade. Não estamos em uma empresa, não estamos organizados para uma competição, não queremos e não podemos querer ganhar notas e prêmios isoladamente ou solitariamente. Um movimento bonito e benéfico, que agregue, que realmente inclua - para uma vida potente, para uma vida não medicalizada na universidade.

Nós vamos, dessa forma, tencionar a ponto de ser feita uma concentração de esforços, e estamos nos referindo às professoras e aos professores, para conseguir ampliar o acesso, a permanência, a aprendizagem e a vida não medicalizada na universidade. Para que os estudantes se sintam confortáveis, mais encorajados durante as aulas. Consideramos importante dizer que são as professoras e os professores que podem agir sensivelmente, a partir de uma pedagogia sensível. E isto no currículo das áreas das linguagens, nas áreas das ciências, nas áreas das ciências da saúde, em diferentes cursos de graduação ou pós-graduação. A docência na universidade importa muito para o que se dá nas relações entre pessoas, a atuação destas pessoas em seus campos de estágio e trabalho, na vida profissional e relacional de inúmeros egressos da universidade. Se pensarmos na arte, que como docente artesã cria sua aula e sua didática, muitas possibilidades podemos encontrar para a educação de pessoas com deficiência. Estávamos há pouco no grupo de orientação, na aula que ministrou, do estágio docente intitulado educação especial, processos e práticas, e justamente sobre isso que falávamos: como produzir um planejamento, uma intervenção pedagógica e uma avaliação inclusiva? Não existe uma prescrição, é necessário estudo e pesquisa docente sobre a sua prática pedagógica na universidade. Se seguirmos todos o mesmo modelo engessaremos os processos de entrada no currículo e a experimentação de cada estudante. Um percurso é sempre pensado. Um percurso, sim, um caminho para cada estudante.

Questão: – E se incentivassem as professoras e os professores universitários, tal como incentivam as crianças, a serem receptivos e acolhedores?

Sugestões: – A professora e o professor também podem pensar dentro de um coletivo as suas disciplinas, produzindo as suas aulas na universidade dentro de um grupo interdisciplinar, por exemplo. É possível planejar a sua aula, planejar o seu semestre, planejar o seu ano, de uma forma que flexibilize, mobilize, complexifique os conteúdos e as entradas dos estudantes no currículo, na ementa, nos conteúdos das disciplinas. As aulas podem ser pensadas com momentos em que os aspectos mais simples e práticos são demonstrados e experienciados, até o momento em que os aspectos mais complexos e abstratos vão ficando mais familiares aos estudantes, consolidando a aprendizagem com aspectos compreensíveis para qualquer estudante/aprendiz. Significa que o docente pode estar todo tempo junto, dialogando com todos, construindo espaços de diálogo sobre o que está sendo dito, demonstrado, exemplificado, decodificado, explicado... Não se trata de minimizar informações ou retirar informações. Ter os conhecimentos movimentados do simples ao complexo, é sobre como modelar uma aula, como modelar um encontro de trocas de aprendizagens, modelar cada proposta didático-metodológica. Tornamos a dizer que não existe uma prescrição, realmente não tem um formato, um modelo, o que é importante é o estudante com deficiência chegar como ele é, ser como ele é e poder tornar-se outro, se sentir acolhido do seu jeito, ter sua diversidade afirmada e nunca ter as suas necessidades diminuídas ou expostas. O que significa dizer que a aprendizagem na universidade comporá o estudante com deficiência a ponto de suas perspectivas e práticas se transformarem - a sua condição e deficiência não.

Sendo, dessa forma, imprescindível assegurar o que está na lei, que os estudantes tenham a garantia, inclusive na universidade, do apoio pedagógico, do atendimento educacional especializado. E a educadora e o educador do apoio pedagógico especializado darão suporte para a professora e o professor da sala de aula comum. O professor de sala de aula não pode se eximir do compromisso de fazer uma aula que inclua o estudante com deficiência, e neste caso, o estudante com autismo. Possibilitar o apoio pedagógico, a comunicação entre educadores deste apoio e professores da sala de aula comum, fará com que sejam ampliadas as condições de aprendizagem. O que se quer, objetivamente, é que o estudante com autismo permaneça, aprenda, estagie e se forme.

Inclusive, façamos uma ressalva, não se trata de invadir a privacidade de estudantes ou se deixar ser invadido em sua privacidade também. Aproximar-se e acolher os estudantes não significa apadrinhamento, maternagem ou paternalismo. Aproximar-se de forma hospitaleira e sensível, é o mesmo que esperamos em todo e qualquer lugar em que chegamos pela primeira vez. É um processo de aproximação em que a professora e o professor poderão aprender mais sobre as necessidades educativas de seus estudantes, os percursos que eles percorreram até chegar à universidade.

A primeira sugestão, o que sempre funciona, é a conversa com escuta. E então, para traçar um plano, uma estratégia singular para estes estudantes com deficiência, é importante que entendamos o contexto, o território, de onde são, qual escola frequentaram, como foi o seu processo de escolarização. Saber qual a distância que percorre, se utiliza transporte público, se necessita de acompanhante, se faz uso de recursos de acessibilidade. O que cabe perguntar é se a professora e o professor universitários, dentre todas as suas atividades, de gestão, ensino, pesquisa e extensão, conseguiriam fazer essa conversa com escuta. Quem trabalha no apoio pedagógico especializado, no atendimento educacional especializado, também precisa conhecer essa malha complexa da vida das pessoas com deficiência, além de saber um pouco sobre a família ou comunidade em que o estudante vive.

Algumas adequações na avaliação podem ser combinadas com o estudante com transtorno do espectro autista e também podem ser explicadas, conversadas e ditas quais foram as adaptações realizadas, dividindo com a turma, para os outros estudantes se apropriarem, porque eles vão fazer isto na sua vida profissional, como educadoras e como educadores. Quando não se tornarem trabalhadores e colegas de pessoas com deficiência fora da universidade. Precisamos reforçar que existem, estão registradas, estão sistematizadas, as flexibilizações e as adequações nas avaliações para estudantes com deficiência. Como conversamos aqui, longamente, trata-se de um direito dos estudantes, e eles não podem ter essas adequações negadas. O que avançamos, parece-nos, é que as adequações podem ser explicadas de uma forma didática, todos os estudantes de uma turma ou curso precisam aprender sobre os processos complexos para a permanência e aprendizagem de seus colegas com deficiência. Defendemos que a complexidade do planejamento pode ser mostrada, não é uma coisa velada, assim como não é um privilégio a avaliação diferenciada e adequada às necessidades dos estudantes com autismo.

Infelizmente isso tudo tem tomado tempo de pessoas perversas, tornando perigoso o cuidado em produzir condições legais e práticas para a inclusão de pessoas com deficiência na universidade. As pessoas que não têm se preparado para a educação inclusiva entendem – afirmemos novamente, perversamente – que fazer uma aula diferente vai privilegiar um único estudante. A aula diferenciada, uma pedagogia diferenciada, comprovadamente, privilegia a todos e a cada um. Vai facilitar, sim, e obviamente, todos aprenderão com o processo. Exatamente por este motivo que se faz um planejamento, que vai do enunciado simples ao mais complexo, que aqui chamamos de aula modelada. Podemos exemplificar pensando uma aula com conteúdo que pode ser dialogado, numa aula com conversação. E isso pode ser repensado durante todo o tempo, dentro do período previsto para as aulas e a transmissão de conteúdos, junto com a avaliação que também pode ser adequada, por exemplo, para um estudante que é mais interessado nas produções audiovisuais que tematizam os conteúdos abordados. Para que uma pessoa com autismo tenha seus direitos assegurados corramos perigos junto dela!

Tais movimentos de aproximação, reconhecimento e busca de estratégias específicas fortalecem tanto estudante quanto docente, e na universidade, os setores responsáveis pela acessibilidade e as coordenações de curso fomentam, ou poderiam fomentar, uma prática sustentada na conversa com escuta. Entendemos a necessidade e a relevância da construção, estruturação e realização de concursos específicos para técnicos-administrativos em assuntos educacionais, na perspectiva da educação superior inclusiva. Todavia, a universidade passou por mudanças significativas com a pandemia de covid-19, a necessidade de adotarmos medidas de segurança sanitária, e com isso nos dedicarmos ao ensino remoto emergencial, necessariamente nesta ordem. Os desafios e as limitações para os estudantes com deficiência nas salas de aula e nas aulas presenciais são inúmeros. Contudo, não se compara às limitações advindas das aulas síncronas e dos encontros assíncronos, próprios do ensino remoto emergencial, sobretudo para um estudante com deficiência.

Por uma vida não medicalizada na universidade

Provocação: – Encaminhamentos...

Conversa: – Uma pessoa com transtorno do espectro autista tem muito para falar sobre a sua experiência de vida, sobre o seu processo de escolarização, a sua vida acadêmica. Porém, ela também tem interesse nessa temática e pode ser incentivada a pesquisar sobre a inclusão de pessoas com autismo na universidade. De alguma forma estivemos comprometidos com isto, quando vivenciamos a universidade em equipes compostas por pessoas com e sem deficiência. Dizer que a universidade não pode ser um espaço de pesquisa para a pessoa com autismo não cabe mais. Este é um lugar de potência, confiamos na formação e na pós-graduação como espaços a serem fortemente problematizados e ocupados por estudantes com autismo. Urgente, pensemos agora, é priorizarmos uma vida escolar com mais saúde, uma vida acadêmica não medicalizada e, sim, uma vida na universidade potencializada por alegrias, experimentações, aprendizagens e afetos. Urgente parece-nos uma inclusão de estudantes com autismo nas diferentes universidades brasileiras. Com uma formação acadêmica que possa ser balizada por planejamentos e por encaminhamentos afirmativos da diferença, na direção de um currículo experiencial e uma avaliação formativa. Que os corpos são composição, se compõem, entre afetos tristes e alegres, viemos afirmando em diferentes publicações sustentadas pela *filosofia nômade*. Que a universidade seja arena propícia para composições!

Provocação final: – E ainda seguiremos a perguntar sobre: como fugir da mediocridade de certas práticas na universidade? E nos comporemos de tantos afetos tristes e sairemos ilesos?

Incógnita: – Estamos todos clamando por uma universidade que não seja um espaço tão hostil como este que estamos experimentando amargamente. Uma universidade que seja de excelência na afirmação da vida e de sua potência, tanto para técnicos-administrativos, quanto para docentes e estudantes com ou sem deficiência. E, para uma inclusão de estudantes com deficiência, afirmamos a urgência de concursos, processos seletivos e o acesso para técnicos-administrativos e para docentes com deficiência na universidade, ampliando a representatividade e a multiplicidade no ensino superior.

Referências

BRASIL. Casa Civil. **Lei n.º 13.146, de 06 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília: Presidência da República, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 22 jun. 2022.

DELEUZE, Gilles. **Conversações**. São Paulo: Editora 34, 1992.

NOAL-GAI, Daniele. Didáticas do compartilhamento: fotografia, cinema e modos de fazer inclusão escolar. *In: X Anped Sul. Anais [...]*. Florianópolis: Universidade do Estado de Santa Catarina, out. 2014. p. 1-12. Disponível em: http://xanpedsul.faed.udesc.br/arq_pdf/1638-1.pdf. Acesso em: 22 jun. 2022.

NOAL-GAI, Daniele; CASTRO, Karolyne de Oliveira (org.). **Projeto geringonça [pedagogias da diferença. ecologias da vida]**: escritas e memórias de experiências na formação de ludo-arte-educadores. Porto Alegre: UFRGS, 2022. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/233594/001135450.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 25 jun. 2022.

SACAI, Marina. O que aprendemos com Crip Camp, documentário sobre deficiências indicado ao Oscar 2021. **Rollingstone**, 2021. Disponível em: <https://rollingstone.uol.com.br/noticia/oscar-2021-o-que-aprendemos-com-crip-camp-documentario-sobre-deficiencias-da-netflix/>. Acesso em: 22 out. 2021.